

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES JUVENIS NA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES NO PIAUÍ

Maria do Socorro Pereira da Silva – UFPI¹
Maria do Carmo Alves do Bomfim – UFPI²

INTRODUÇÃO

No Brasil é recente o debate sobre as políticas públicas para as juventudes³. Por décadas as políticas para as juventudes tinham dois vieses, de um lado as que estavam, intimamente, ligadas à política educacional, em razão de sua relação com a formação do/a jovem. Por outro lado, para os/as jovens em situação de vulnerabilidade social e marginalidade, restavam as políticas de assistência social. Por um longo período, as políticas públicas eram elaboradas e executadas sem nenhuma intervenção social dos/as jovens. Neste contexto, as juventudes eram vistas sempre como um “problema” que emerge na sociedade e que precisa ser enfrentado pelo Estado, sendo que esse modelo prevaleceu em grande parte na década de 1990. Estudos demonstram tal realidade, como aponta Castro (2009, p. 44):

Em referência às políticas públicas implementadas para a juventude pelos países, a avaliação da ONU era de que as iniciativas nesta área continuavam impulsionadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência, o uso indevido de drogas e a violência. Assim, as Nações Unidas recomendavam que os países implementassem políticas integradas para a juventude, que estabelecessem vínculos entre as diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) a partir de 2000, e que dedicassem atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis.⁴

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Piauí.

² Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas “Educação, Gênero e Cidadania – Cidadania- NEPEGEI.

³ O termo juventudes é empregado no texto no plural pela concepção deste não estar ligado ao número, mas ao amplo sentido da condição juvenil considerando as diversidades, especificidades, realidades sociais distintas, e não uma a visão de uma juventude única e uniforme. E usa se juventude no singular, é porque essa linguagem é adotada por organismos que têm compreensão diferente. Ver (BOURDIEU, 1983; NOVAES, 1998; CARRANO, 2000; CASTRO & ABRAMOVAY, 2002; ABRAMO, 2005).

⁴ CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luzeni C. Maria de, ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e Políticas Sociais no Brasil: Brasília : IPEA, 2009. p. 303

Somente no final da década de 1990 começam os primeiros estudos sobre a necessidade de políticas públicas específicas para as juventudes, em um cenário marcado pelas disputas conceituais, sobretudo no que se refere aos termos protagonismo juvenil e juventudes e, ainda, pela necessidade de canais de participação dos/as jovens na formulação e implantação das políticas públicas para juventudes. Os/as jovens não tinham qualquer participação quanto à proposição, formulação e implantação de ações governamentais, pois esses sujeitos não eram considerados atores principais deste processo. Nesse sentido, o problema central dessa proposta de estudo é identificar como se realiza a intervenção das organizações juvenis no processo de formulação de políticas públicas para as juventudes piauienses no período de 2002 a 2010 e a contribuição dos processos educacionais populares para essa intervenção.

Deste modo, é importante identificar as muitas discussões acerca da condição e situação dos/as jovens, de sua participação, do protagonismo juvenil na proposição e reivindicação de mecanismos específicos para execução de políticas públicas para as juventudes, além da necessidade de um pacto geracional, estabelecimento da faixa etária, especificidades e diversidades nesse campo de estudos. Todas as disputas de formulação nortearam importantes conquistas na pauta de políticas públicas para juventudes na ação governamental. A relação poder público e juventudes são fortalecidas aprofundando-se nas rodas sociais e nas organizações juvenis, em todo Brasil. É um momento histórico marcado por grandes mobilizações juvenis, sobretudo no Nordeste brasileiro, com a realização do I Festival de Juventude Nordestina, momento em que o tema principal era a participação política da juventude na ação do Estado.

Tais conceitos, como juventudes e políticas públicas refletem o cotidiano e as experiências das organizações juvenis na busca permanente da ressignificação e inserção da pauta da juventude nas ações do governo e na produção do conhecimento acadêmico perspectivando dar maior notoriedade a temática. Para Freire (1993), “[...] o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora da realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção”. Esta tensão conceitual, sobretudo, no que tange à situação e condição juvenis, ao serem caracterizadas, passam a fundamentar o uso do termo juventudes no aprofundamento das concepções de políticas públicas voltadas para juventudes. Abramo e Branco (2008, p. 42) assim o conceituam:

pela distinção entre condição (modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, referida a uma dimensão histórico e geracional) e situação, que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.⁵

Portanto, considerar as diversidades e especificidades na vivência juvenil é fundamental para entendermos como essa temática, atualmente, torna-se relevante para a gestão pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, identificando como se fundamenta a necessidade de políticas públicas para este segmento e quais os impactos das ações governamentais na vida dos/as jovens. Nesse contexto, a participação das juventudes e das organizações juvenis tem sido fundamental na inversão da lógica conservadora e tutelar do Estado sobre as Políticas públicas. As autoras Castro e Abramovay (2009) reafirmam que vale destacar a presença de jovens participantes de Redes e Fóruns de Juventude, bem como gestoras/es de políticas públicas de juventude em qualquer das instâncias estatais, acima referidas. Essas presenças evidenciam um desafiante processo social em curso. Concepção esta aprofundada junto ao sentido da participação das juventudes, visando dar uma nova roupagem às formas de intervenção da sociedade junto ao Estado. (Bomfim, 2010, p. 379)

o que se coloca pela ação dos movimentos populares, cuja intencionalidade está relacionada às mudanças estruturais fundadas no modelo de representação baseado na negação do autoritarismo, clientelismo político e centralização do poder, práticas mantenedoras da situação de profundas desigualdades.⁶

Os processos internos das organizações juvenis são um celeiro de experiências de educação popular, pois esta tem como um de seus princípios norteadores a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e cidadãs, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses, do meio social e da natureza que o cerca, através da participação em atividades grupais. Outros aspectos importantes são: a) a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; b) a aprendizagem como exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; c) a aprendizagem de conteúdos da

⁵ ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 448 p.: il.

⁶ BOMFIM, Maria do Carmo A. *et. al.* **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: EDUFC, 2010.

educação popular, em formas e espaços diferenciados. O ato de ensinar/aprender nesta perspectiva é realizado de forma sistemática, tanto quanto a educação escolar, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm o poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado, bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas.

Com base nessas concepções, em 2003, o Projeto Juventude desenvolvido pelo Instituto Cidadania no Brasil inicia uma série de debates propositivos e formulativos sobre juventudes e políticas públicas na perspectiva de ação governamental. Esse fórum de debate foi reforçado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO, que em março de 2004, lança o Relatório de Desenvolvimento Juvenil – IDJ (2003), revelando a situação social dos/as jovens brasileiros/as na faixa etária de 15 a 24 anos, com foco em três áreas prioritárias: a) **educação** como condição para o conhecimento; b) **renda** e atividades de estudo e trabalho como condições para um nível de vida digna; c) **saúde** como condição para uma vida longa e saudável (grifos nossos).

Os índices negativos sobre os jovens apresentam-se como um enorme desafio para o novo governo pós-década de 1990. Constituem, portanto, o ano de 2003 em marco decisivo nos debates e formulações de políticas públicas para as juventudes no Brasil, contudo, tais políticas só ganham materialidade em 2005, quando o Governo Federal lança as bases para a construção de uma Política Nacional de Juventude, notadamente, pelo acúmulo de discussões do Projeto Juventude e das organizações juvenis e sociais. Assim, foram criados nesse mesmo ano, a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (ProJovem). Os debates conceituais começaram a ganhar substância nos planos, programas e projetos de governo, mas nestes espaços destinados às juventudes, no primeiro momento, não foram ocupados por jovens, somente em 2011, a maior parte deles são coordenados por pessoas do segmento social.

Neste sentido, hoje, é possível verificar que um dos grandes avanços nas conquistas das organizações juvenis e do conjunto da sociedade diz respeito à incorporação da ideia do que é “ser jovem” por parte dos governos. Para tanto, o alargamento da faixa etária contribuiu significativamente, conforme texto da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (2008, p. 24), a seguir:

Foi através da Lei 11.129, que determina que o papel da Secretaria Nacional de Juventude é articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária em 15 a 29 anos. Sendo que o Conselho Nacional de Juventude considera jovens as seguintes faixas etárias: a juventude congrega cidadãos e cidadãs entre 15 a 29 anos, ou seja,

adolescentes-jovens (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens-adultos (25 a 29 anos). (BRASIL, 2008).⁷

Contudo, essa especificação etária e a sua determinação regulatória, ainda não são suficientemente compreendidas por gestores do governo para imprimir esse recorte nas políticas governamentais, uma vez que faixa etária mais usual em programas existentes ainda é a estabelecida pelas Organizações das Nações Unidas (15 a 24 anos), a exemplo dos programas: ProJovem Urbano, Consórcio Social da Juventude, Jovem Aprendiz, Juventude Cidadã etc. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), o Estado tem uma população de 847 mil jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Esses números representam 28% da população piauiense, e destes 64% vive na área urbana e 36% na zona rural.

No âmbito do Governo Estadual, em articulação com o governo federal, desde 2003, esses programas inserem-se no contexto de criação de mecanismos institucionais específicos de juventude e na implantação de políticas públicas para os/as jovens piauienses, prevalentemente pautadas pela atuação dos movimentos e organizações juvenis, resultando disso a implantação de vários mecanismos regulatórios: a criação da Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e da Juventude – CDHJ, a criação do Conselho Estadual de Juventude, a aprovação do Plano Estadual de Juventude, mecanismos de grande relevância quanto à concepção e orientação das demandas juvenis no Estado do Piauí. (SILVA, 2009).

Na década de 2000 a 2010, no Piauí, estrutura-se um verdadeiro mosaico de modos e formas de atuações das juventudes na tentativa de imprimir novas concepções na visão do Estado para os/as jovens. Não obstante tais dinâmicas, no nosso Estado, ainda se observa a ausência de estudos que registrem a concepção de políticas públicas para as juventudes, a forma como ocorre a participação dos/as jovens nessas políticas e a relação destes com o Estado.

Para iniciar o preenchimento dessa lacuna, definimos para o presente estudo as seguintes organizações juvenis: a) a União da Juventude Socialista – UJS, cuja atuação centra-se na participação política e a organização do movimento estudantil, com experiência de coordenação do Conselho Estadual de Juventude (2007-2010); b) a Pastoral de Juventude – PJ, vinculada à Igreja Católica, com prática de coordenação do Consórcio Social de Juventude no Estado (2003-2006), atendendo a 500 (quinhentos) jovens diretamente e mais de 1000 (mil), indiretamente; c) o Movimento pela Paz na Periferia - MP3, que desenvolve atividades

⁷ Secretaria Nacional de Juventude. Plano Nacional de Juventude - documento Básico da 1ª Conferência Nacional da Juventude, Distrito Federal. 2008

com jovens em situação de vulnerabilidade social e egressos do sistema de medidas socioeducativas, atualmente coordenando o Conselho Estadual de Juventude.

Para esta pesquisa, definimos como objetivo geral: analisar as políticas públicas de juventudes promovidas no âmbito do Governo do Estado do Piauí, no período de 2002 a 2010, com base nas concepções dos/as jovens. E como objetivos específicos os seguintes: a) identificar as políticas públicas de juventudes desenvolvidas no Piauí, no período de 2002-2010, considerando a participação das organizações juvenis; b) descrever como se realiza o processo de intervenção das organizações juvenis no processo de formulação das políticas públicas de juventudes; c) compreender como os processos educacionais populares contribuem para a formulação das políticas públicas de juventudes; c) analisar as visões das organizações juvenis sobre as políticas públicas destinadas ao segmento juvenil desenvolvidas no Estado do Piauí.

REFLEXÕES TEÓRICAS INICIAIS

O Estado brasileiro é um país de dimensões continentais, caracterizado histórica e culturalmente por uma sociedade complexa, plural, diversa e desigual, com reflexos em todas as esferas político-administrativas da sociedade (nacional, regional, estadual e municipal) e em todas as dimensões da vida das pessoas: cultural, econômica, política e social. Esta diversidade também se estende na constituição das distintas juventudes, que apesar de vivenciarem a mesma faixa etária, compartilham realidades sociais completamente distintas. A partir da década de 1990 emerge na sociedade brasileira um forte movimento de organizações juvenis, que se traduzem nas diversas formas de participação e intervenção sociais, caracterizando-se pela aglutinação de jovens em torno de bandeiras de lutas, em sua maioria ligadas às suas condições e situações sociais nos âmbitos da moradia, da educação, do trabalho, do lazer, do esporte, do meio ambiente etc. Este ciclo de lutas é marcado por reivindicações da inserção da temática da juventude na participação e definição das políticas públicas nas ações do Estado.

Assim, os/as jovens inauguram na sociedade brasileira a busca por um novo modelo de desenvolvimento que valorize as relações e os direitos humanos, reduzindo a visão puramente econômica com base na participação cidadã. Esse modelo quando diz que o novo conceito de desenvolvimento exige dos/as jovens uma atuação como cidadão e cidadã, que para Silva (2004):

ser cidadão e cidadã é participar; é superar a ideia de que o Estado é uma administração privada, ou particular do governante e que os/as jovens são pedintes. Nesse sentido, a participação se torna um instrumento necessário

para um bom nível de desenvolvimento. Envolve a inclusão de novas temáticas relativas à diversidade: gênero, etnia/raça, geração (crianças, adolescentes, jovens, adultos/as, idosos/as), opção sexual dentre outras. Tais enfoques têm como pressupostos básicos “o respeito à diversidade buscando a superação de mecanismos que excluem e segregam o/a outro/a que possuem identidades sociais diferenciadas e não correspondentes à normalidade do sujeito do iluminismo caracterizado, sobretudo por ser branco, cristão, europeu e heterossexual”.⁸

Torna-se, então, um imperativo conhecer a realidade dos/as jovens brasileiros/as porque “a projeção populacional juvenil, segundo o IBGE, em 2007, com revisão em 2008, aponta que os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4% da população total, com uma projeção para 2010 de 5,3 milhões de jovens.” (CASTRO: 2009, p. 29). Com este elevado quantitativo, há, portanto, a necessidade de verificar quais são as políticas públicas que fazem a mediação com esse imenso contingente populacional e como estas se materializam no atendimento das demandas da população juvenil no âmbito da ação governamental. Essa realidade provoca a necessidade de descrever e registrar os caminhos que foram trilhados para a implantação das políticas públicas para as juventudes no Piauí, percebendo assim, a intervenção social nas formas de participação das organizações juvenis e das juventudes no Brasil. Presumimos que essa trajetória configura-se como um marco importante para a identificação das políticas públicas de juventudes não somente na ótica do estado, mas, sobretudo na visão dos/as próprios/as jovens, no que se refere ao Desenvolvimento Juvenil e Garantias de Direitos. Há, portanto, novos arranjos e concepções no olhar dos governos em torno da relação juventudes e poder público. Como afirmam Castro e Abramovay, (2009):

No Brasil no final da década de 90 – quando surgiram as primeiras experiências de implantação de secretarias e coordenadorias de juventude em algumas prefeituras – marca o início do processo. Foi o ano de 2005 decisivo para definir seu rumo. Naquele ano, o governo federal lançou as bases para a construção de uma Política Nacional de Juventude, criando junto à Presidência da República a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).⁹

⁸ SILVA, Aida. Educação para a cidadania: solução ou sonho impossível?. In: LERNER, Julio (org.). Cidadania, Verso e Reverso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997

⁹ ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo, Brasília: RITLA, 2009.

A nova visão de políticas públicas, no Brasil, é recente também pela própria concepção do termo juventudes, pela contemporânea relação entre Juventude e Estado. E se torna mais atual ainda quando os jovens são gestores dessas políticas. Nesse contexto, as organizações juvenis, no Piauí, somam-se ao cenário nacional e traçam o perfil das juventudes piauienses, como registra Silva (2009): o Piauí, segundo o IBGE/PNAD (2007), tinha uma população de 847 mil jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, possuindo diversos organismos municipais de juventude como secretarias, departamentos, coordenações, assessorias, áreas específicas. A mais recente foi a criação da Coordenadoria Estadual de Juventude, criada em 2010 pelo Governo do Estado.

Analisar esses processos de mobilização social quanto à efetivação de políticas públicas alimenta o registro das práticas educativas da sociedade e dos governos, contribuindo assim, para manter a história viva. A necessidade de um constante diálogo é reafirmado como prática educativa que nos remete ao novo e ao contraditório.

Neste sentido, é fundamental buscar compreender como os processos educacionais popular influenciam as organizações juvenis na formulação de políticas públicas para juventudes na gestão governamental. Essa análise nos remete como atua esse segmento na intervenção social na perspectiva da transformação na vida dos/as jovens. Com base nessas ideias, os agentes e grupos sociais são forças vivas na sociedade, como afirma Fonteles (2010, p. 40):

a educação [...] que ocorre nas organizações populares tem também um matiz interdisciplinar, a partir da amálgama de experiências, de diversidades de conhecimentos e sujeitos que interagem em diversos movimentos na análise da realidade, na avaliação de suas experiências e na busca de propostas e soluções para a melhoria da situação existente e partilhada pela coletividade num dado momento e lugar, e das diversidades de saberes que compõem a coletividades desses movimentos.¹⁰

Assim, vemos que a educação popular abrange processos formativos que se desenvolvem em vários lugares e espaços da sociedade para além do ambiente escolar formal. Esta concepção traduz o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), afirma em seu Artigo 1: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

¹⁰ FONTELES, Marcelino de Oliveira. Reencantamento do mundo (manuscritos): educação não-formal e o protagonismo dos movimentos sociais. Teresina, 2010. 262 f.

Nessa perspectiva, também, nos movimentos juvenis que atuam ativamente na proposição e criação de mecanismos de participação social e na garantia de políticas públicas que venham a atender as demandas da população juvenil, se desenvolvem práticas educativas. Neste momento, surge a necessidade de aprofundar o que seria mesmo políticas públicas para as juventudes, a quem tantos estudiosos e militantes juvenis se referem quando falam em ações governamentais. Recorremos, então, ao que Sposito e Carrano (2003) traduzem sobre políticas públicas:

Em sua acepção mais genérica, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois, envolve a dimensão de projetos de natureza ética política e compreende níveis diversos de relação entre o Estado e Sociedade Civil na sua constituição. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais, pois órgãos do Legislativo e Judiciário também são responsáveis por desenhar políticas públicas, ou seja, há sempre a presença do aparelho público estatal.¹¹

Ao contemplar a visão de políticas públicas para juventudes, devemos considerar para o êxito da execução das mesmas as diversidades que envolvem o sentido do termo juventudes. Ao caracterizar as especificidades e diversidades juvenis, Abel (2007, p. 20) salienta essa necessidade:

Começamos pelo dilema que caracteriza a atual geração de jovens. Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar que a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social e de níveis de renda familiar. Assim como, também, as disparidades econômicas, as disparidades entre países, entre regiões de um mesmo país, entre campo e cidade definem os acessos e carências nas vidas dos/as jovens, maior ou menor, reconhecimento cultural. A vivência da condição juvenil é, ainda, diferenciada em função das desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminação.¹²

Dimensionar essa realidade demanda dos organismos de juventude, maior atenção às suas singularidades, considerando que são esses jovens que, apesar de estarem no mesmo ciclo de vida cronologicamente, compartilham realidades tão distintas. Na literatura há inúmeros/as e notáveis teóricos/as que subsidiam o debate sobre o tema, e certamente, durante a realização da pesquisa empírica, novas descobertas surgirão como grande valia em nível de conteúdo e de identificação de novas práticas de implantação de políticas públicas de

¹¹ SPOSITO, Marília Pontes e Paulo CARRANO. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. CIDPA, 2003.

¹² ABEL, Rodrigo. Para além das políticas de juventude, Rio de Janeiro, 2007

juventudes. Na última década, especialmente, vários estudos e pesquisas tem se destacado na construção da concepção sobre juventudes, políticas públicas, papel do Estado, desenvolvimento e direitos.

Somam-se à atuação das organizações juvenis, algumas estudiosas do tema, além dos órgãos específicos para juventude criados nos órgãos governamentais. Em nível estadual, autoras/as como Bomfim (2007), na obra *Um Olhar sobre Juventudes, Escola e Violências*, Silva (2009), na publicação: *Jovens e Juventudes: identidade, participação e políticas públicas – um olhar juvenil*. Complementando essa linha encontramos, em nível nacional, várias publicações que discutem as temáticas relativas às políticas públicas, às juventudes e aos movimentos sociais juvenis. São exemplos Abramo e Branco (2008) com “Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional”: Abramovay e Castro (2009) no estudo *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*; Castro, Aquino e Coelho (IPEA, 2009) em *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*; Sposito e Paulo Carrano (CIDPA, 2003) em *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Todos dando enfoque para os estudiosos/as jovens que vivenciaram e tem produção acadêmica nesta década.

Assim, a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios, que envolvem uma dimensão temporal e alguma capacidade de impacto. Quando o Estado associa juventudes a políticas públicas, o mesmo deve considerar todos os aspectos que envolvem as questões vivenciadas pelos/as jovens, verificando em que contexto social eles se encontram. É importante, portanto, estudar o legado das juventudes nessa década de intervenção social quanto ao direcionamento das políticas públicas nas ações do Estado que valorizam e respeitam as diversidades e especificidades, elevando o desenvolvimento social e a garantia de direitos as juventudes piauienses.

Nesse contexto, vale ainda destacar a necessidade de aprofundar conceitos e questões referentes às práticas educativas construídas pelos movimentos juvenis durante o processo de elaboração de proposições de políticas públicas para as juventudes piauienses nessa dinâmica relacional: movimentos juvenis e Estado.

METODOLOGIA

A pesquisa, ora proposta, tem recorte temporal no período de 2000 a 2010 momento em que emerge no seio da sociedade piauiense e brasileira fortes mobilizações juvenis na luta

por políticas públicas de juventudes e, ao mesmo tempo, esses movimentos desenvolvem diversas formas e estilos de formação e intervenção social. Para efetivá-la, considerando o objeto de estudo, já mencionado, foi escolhido um processo metodológico que tem respaldo na pesquisa qualitativa, com base nas formulações de Melucci (2005), que concebe atores e atrizes sociais tão importantes quanto pesquisadoras/es no processo de investigação, pois os primeiros sujeitos, na medida em que se interrelacionam no universo pesquisado, começam a elaborar e participar ativamente do estudo sobre sua realidade e não apenas responder as indagações dos segundos.

A metodologia de natureza qualitativa, em qualquer processo de pesquisa, articula elementos subjetivos e objetivos, por isso certos autores como Chizzotti (1995) e Minayo (1998), caracterizam-na como quanti-qualitativa.

Durante todo o processo dessa pesquisa será realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos em revistas científicas, publicações jornalísticas etc) sobre as políticas públicas de juventudes já realizados no Brasil e no Piauí, sobre as organizações juvenis e seus processos internos de relação com o Estado, Governo e Políticas Públicas e sobre os processos educacionais não-escolares, principalmente, relacionados as organizações da sociedade civil.

Com a mesma perspectiva quanti-qualitativa, os sujeitos a serem abordados nesse processo de conhecimento serão 10 (dez) jovens integrantes de cada organização juvenil, a seguir relacionadas: a) União da Juventude Socialista - UJS que trabalha a participação política e a organização do movimento estudantil, com experiência de coordenação do Conselho Estadual de Juventude no período de 2007-2010; b) a Pastoral de Juventude – PJ cujo foco temático se vincula à religião católica, com experiência de coordenação do Consórcio Social de Juventude no Estado do Piauí, no período 2003 – 2006; c) Movimento pela Paz na Periferia - MP3, que desenvolve atividades com jovens em situação de vulnerabilidade social e egressos do sistema de medidas socioeducativas atendidos no Centro de, atualmente coordenando o Conselho Estadual de Juventude.

Serão adotados ainda outros procedimentos metodológicos, quais sejam: pesquisa documental em materiais produzidos pelas organizações acima referidas e outras instâncias dos movimentos juvenis de atuação regional e nacional; entrevista semiestruturada com os integrantes das mesmas organizações selecionadas e com representantes do estado que participaram da definição e administraram políticas para as juventudes no período 2002-2010. Complementando o rol desses instrumentos, será elaborado um Diário de Campo para anotações pessoais da pesquisadora responsável por esta pesquisa.

Na estratégia de Coleta de Dados também envolverá a Coordenadoria Estadual de Juventude e o Conselho Estadual de Juventudes com entrevistas junto a técnicos, a gestores e conselheiros. Após o período de acúmulo de informações obtidas no processo de investigação, através dos vários instrumentos metodológicos, será procedida a definição de categorias de análise, com base em todos os dados empíricos e documentais. Em seguida, dar-se-á a sistematização de todas as informações coerentes com as categorias de análise que, segundo Oscar Jara (2006) esta: [...] é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido.

Outro momento de coleta consistirá na formação de grupo focal, constituído por 07 (sete) jovens oriundos/as das três organizações juvenis pesquisadas, permitindo uma visão mais ampliada e dialógica dos segmentos da sociedade quanto a implantação de políticas públicas de juventudes no Estado do Piauí. As questões utilizadas no grupo focal serão identificadas a partir do material coletado no levantamento documental e nas entrevistas; de modo que no grupo procuraremos dirimir dúvidas em relação às afirmações, modos de encaminhamentos e questões valorativas circunscritas à participação das organizações juvenis na formulação da política. Desse modo, o objeto permanente de estudo visa identificar e analisar as políticas públicas de juventudes na visão das organizações juvenis, focando como os processos de educação popular têm contribuído na formulação destas políticas, tendo como fio condutor o protagonismo, a participação juvenil e políticas públicas para os (as) jovens piauiense.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho visa identificar e analisar as práticas educativas que as organizações juvenis desenvolvem no meio popular e em sua luta cotidiana por políticas públicas para as juventudes no Piauí. Esta análise é reflexo da percepção e intervenção das mais diversas experiências vividas pelos jovens na formulação e proposição de políticas públicas, percebendo a ação e a relação do movimento juvenil com o Estado. Com base nestas constatações, estão sendo evidenciadas habilidades e competências dos jovens na proposição e formulação de políticas públicas como forma de superação das condições de desigualdades sociais a eles e elas impostas, numa perspectiva de educação libertadora, para além dos bancos escolares, portanto sem a tutela do estado e de pessoas adultas.

CRONOGRAMA

Atividades em 2012	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Estudo das disciplinas curriculares			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Revisão Bibliográfica e levantamento documental			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Contato prévio com as organizações juvenis escolhidas								X	X	X	X	X
Contato prévio com os jovens entrevistados de cada organização e movimentos juvenis								X	X	X	X	X
Planejamento da pesquisa de campo											X	X
Atividades 2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Entrevistas e grupo focal			X	X	X	X						
Sistematização e análise dos dados coletados				X	X	X	X					
Elaboração da Dissertação					X	X	X	X	X	X	X	
Exame de Qualificação								X				
Revisão Bibliográfica								X	X	X	X	X
Conclusão da Dissertação											X	X
Defesa da Dissertação												X
Seminários e palestras para divulgação			X			X		X				

REFERÊNCIAS

ABEL, **Rodrigo**. **Para além das políticas de juventude**, Rio de Janeiro, 2007.

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 448 p.: il.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo**, Brasília: RITLA, 2009.

BOMFIM, Maria do Carmo A. *et. al.* **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: EDUFC, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão de, AQUINO, Luzeni C. Maria de, ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**: Brasília: IPEA, 2009. 303 p.: gráfs., tabs

FONTELES, Marcelino de Oliveira. **Reencantamento do mundo (manuscritos): educação não-formal e o protagonismo dos movimentos sociais**. Teresina, 2010. 262 f.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** .3.ed .São Paulo:Atlas,1996

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. ; 24 cm.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio**. Fundação Cepro. Piauí. 2007

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, MEC, Brasília, 1996 <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm> . Acessado em 29 de agosto de 2011.

PAULO, Freire. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 90 p.

SILVA, Aida. **Educação para a cidadania: solução ou sonho impossível?**. In: LERNER, Julio (org.). **Cidadania, Verso e Reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. **Jovens e Juventudes: Identidade, Participação e Políticas Públicas – Um Olhar Juvenil**. CCOM, Teresina. 2009

SPOSITO, Marília Pontes e Paulo CARRANO. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. CIDPA 2003.

Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude - documento Básico da 1ª Conferência Nacional da Juventude**, Distrito Federal, Brasil. 2008.